

FOLHA DE S.PAULO

Painel

Sem goleiro nem zaga

Uma das preocupações imediatas do Planalto e do PT é que a CPI da Petrobras aproveite a fragilidade do governo para convocar os ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil) e Edinho Silva (Secom), citados na delação premiada do empreiteiro Ricardo Pessoa. “Se votar, passa”, disseram, em jogral, dois membros da cúpula da comissão nesta segunda-feira. Embora o alarme tenha soado, o governo ainda não acionou a tropa para evitar novo desastre após a inquirição de Paulo Okamoto.

Gasolina

Na reunião de coordenação política, o núcleo do governo avaliou que a reação do PT e de ministros às investidas do PSDB pela queda de Dilma Rousseff inflou a polêmica.

Bombeiros?

Foi decidido que era preciso baixar o tom e não “morder a isca” da oposição –até a própria Dilma, em entrevista à Folha de S. Paulo, desafiar a oposição a tirá-la do cargo.

Decibéis

Petistas, na contramão do Planalto, se queixavam em reunião da executiva de São Paulo de “apatia” do governo e de líderes da sigla. Querem reação “muitos tons acima”.

Nota só

“Parece que o Planalto não vê que a decisão de tirar Dilma já está tomada pela oposição. Lula continuar insistindo em pauta positiva não resolve”, diz um petista.

Bicameral 1

Renan Calheiros (PMDB-AL) já estuda a adoção de um parlamentarismo “à brasileira” se a crise piorar, dizem aliados. O modelo daria peso igual à Câmara e ao Senado, para evitar que Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ganhe superpoderes.

Bicameral 2

O grupo de Renan rejeita frontalmente que Cunha vire o primeiro-ministro nesse cenário.

Produção

Em meio à crise, o governo vê aumentar o mau humor do líder Eunício Oliveira (PMDB-CE): o Ministério do Desenvolvimento Agrário desistiu de negociar com os sem-terra que invadiram sua fazenda em Goiás.

Balcão

Miriam Belchior foi “enquadrada” pelo Planalto por travar nomeações na Caixa. O governo determinou que as negociações fossem reabertas para evitar mais queixas entre aliados.

Vem pro...

Pela primeira vez desde o início da crise, o PSDB tenta articulação direta com os movimentos de rua que convocaram a terceira onda de protestos para 16 de agosto.

... ninho

Tucanos vão propor aos organizadores a mudança de bandeira: abandonar a defesa do impeachment e defender a realização de novas eleições caso o TSE casse o mandato da petista.

Tripartite

A ideia foi discutida em reunião na casa de Tasso Jereissati (PSDB-CE) antes da convenção, mas ainda não tem adesão das alas de Geraldo Alckmin e José Serra.

Muita calma

Em conversas antes da convenção, FHC alertou a cúpula tucana que a crise ficou “fora do controle” do PSDB e que caberia ao partido cobrar o cumprimento da Constituição e da lei.



O isolamento do governo só faz aumentar. A sensação geral é a de que estão terminando os dias de Dilma à frente da Presidência

DE ROBERTO FREIRE (PPS-SP), presidente do partido, sobre a crise instalada no Planalto e a disposição da oposição em trabalhar pela saída de Dilma Rousseff do cargo.

Contraponto

Luzes, câmera, ação!

Às vésperas de estrear um programa no Canal Brasil baseado em seu livro sobre os pensadores brasileiros, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso comentava com tucanos, na convenção de domingo, como é difícil gravar para a TV.

– Virei ator depois de velho. Mas sou canastrão!

Questionado sobre se a atração vai ao ar em breve, FHC disse que dependerá das gravações dos 13 episódios.

– Acha que estreia no segundo semestre? –interessou-se Aécio Neves, ao seu lado.

– Pelo ritmo que vai, quando estrear você já será presidente. –brincou FHC.

Tributação

Vereadores querem mais alcance à redução do ICMS do óleo diesel

Intenção é abaixar tarifa de ônibus; empresa adverte sobre mais custos

Danilo Galvão

Tem início na Câmara de Campo Grande uma frente de parlamentares que tenta, por meio de esforços individuais, pleitear junto a Prefeitura da Capital uma intervenção visando a redução da tarifa de ônibus. A bandeira é amparada na menor da alíquota do ICMS do óleo diesel em Mato Grosso do Sul, sancionada pelo governador Reinaldo Azambuja (PSDB) no final de junho, que altera de 17% para 12% o tributo sobre o produto. A expectativa é que a mudança ocasione uma economia de até R\$ 0,15 na bomba. Contudo, a iniciativa esbarra tanto nas previsões contratuais para revisão da tarifa como no cálculo da planilha de custos do transporte coletivo, que envolve mais do que o combustível.

“Protocolei questionamento na Agereg [Agência Municipal de Regulação], um órgão mais político do que técnico, e no Ministério Público, solicitando estudo quanto a possibilidade. Para o menos favorecido, a queda na tarifa, mesmo que seja de R\$ 0,05, faz diferença”, argumenta Chiquinho Telles (PSD).

Vereador do PT do B também procura Agereg e MP para pedir redução

O caminho de Chiquinho foi escolhido por outro vereador, Eduardo Romero (PT do B). A diferença nos argumentos entre os dois diz respeito à cláusula de equilíbrio finan-



Eduardo Romero disse que organizou um abaixo-assinado solicitando mudanças no sistema de transporte público

ceiro do contrato, que o parlamentar do PT do B alega não ser uma exclusividade de uso do consórcio responsável pelo fornecimento do serviço.

“Essa cláusula existe e ampara as empresas a solicitar os reajustes. No entanto, o reajuste nem sempre precisa ser de elevação. Neste caso da redução do preço do combustível, temos uma clara oportunidade de promover um ajuste para uma tarifa mais barata do ônibus em Campo Grande. Ou quem sabe, o compromisso de se utilizar esse excedente na melhoria do sistema do transporte público”, explica Romero.

O vereador já organizou um abaixo-assinado solicitando mudanças como a maior eficiência das linhas e reforma dos terminais, além da criação de novos pontos de integração na Capital.

Finanças

Governo do Estado prevê receitas R\$ 1,5 bilhão maiores até 2018

Mariana Anjos

O orçamento de Mato Grosso do Sul terá um aumento de R\$ 1,5 bilhão entre 2016 e 2018, conforme previsão feita no projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) pelo governo estadual à Assembleia Legislativa. Para o ano que vem, a estimativa de receita é de R\$ 13,9 bilhões –quase R\$ 870 milhões acima do previsto para este ano–, chegando a R\$ 14,7 bilhões em 2017 e R\$ 15,5 bilhões em 2018.

Segundo o superintendente de Orçamento do Estado, Nelson Shiguemori Tsushima,

a previsão é que aumente a arrecadação estadual com base em critérios como expectativa inflacionária –isto é, a posição nos preços e tributos da inflação do período–, crescimento econômico e incidência de novos tributos.

“São fatores variáveis e complexos, e em termos de estimativa de arrecadação e de projeção de receita. A expectativa inflacionária é de 4,5% em 2015, 5% em 2016 e 5,5% nos anos seguintes até 2018”, explicou Tsushima.

O orçamento previsto para 2016 é 6,65% maior que o estimado para este ano, elaborado

na gestão do ex-governador André Puccinelli (PMDB) –que foi de R\$ 13 bilhões. A LDO chegou na quinta-feira (2) à Assembleia Legislativa, sendo que o prazo limite era esta segunda-feira (6). O presidente da Casa, Junior Mochi (PMDB), informou que a leitura da proposta será realizada hoje (7), a fim de dar ciência ao plenário sobre sua chegada.

Expectativa é de que projeto será votado a partir da próxima 3ª-feira

A partir daí, será dado prazo para os deputados analisarem o texto e sugerirem emendas.

A intenção é de que o texto seja votado entre a próxima terça-feira (14) e o dia 16 (quinta), última sessão da Assembleia antes do recesso parlamentar. A semana final de trabalhos antes das “férias parlamentares” será dedicada à votação da LDO, segundo Mochi.

A LDO precisa ser aprovada antes do recesso parlamentar. Por ela, são definidas regras para elaboração do orçamento do próximo ano, que será votado até 31 de outubro, como previsão de receita e questões como prioridades da administração e limites de investimento por área de gestão.

Pesquisa 1

Maioria é contrária às doações a campanhas políticas, diz Datafolha

A maioria dos brasileiros rejeita doações de empresas para campanhas eleitorais. Segundo pesquisa Datafolha encomendada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), 74% dos entrevistados são contrários ao financiamento empresarial de partidos e políticos. Apenas 16% são favoráveis a esses repasses, enquanto 10% não opinaram. O Datafolha ouviu 2.125 entrevistados, entre os dias 9 e 13 de junho, em 135 municípios de todas as regiões do país. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. (Folhapress)

Pesquisa 2

Entrevistados veem elo entre corrupção e apoio a candidatos

Entre os entrevistados pelo Datafolha, 79% avaliou que a corrupção é estimulada por doações de empresários para as campanhas –sendo que 12% não apontam relação, 3% acreditam que combatem a corrupção e 6% não têm opinião a respeito. A OAB é autora de uma ação no Supremo Tribunal Federal que pede a inconstitucionalidade de doações privadas para campanhas. O julgamento foi suspenso há mais de um ano pelo ministro Gilmar Mendes, para quem o Congresso deve definir a questão. A maioria dos ministros já indicou voto contra o financiamento privado. (Folhapress)